

Habitação tem corte de 92,46% das verbas

BRASÍLIA — Os maiores cortes impostos pelo Orçamento de 1989 vão atingir os Ministérios da Habitação, Reforma Agrária, Trabalho, Transportes, Minas e Energia e Agricultura. Os Ministérios militares, por outro lado, vão receber injeção de recursos adicionais, em relação ao volume gasto este ano. Os cortes totais previstos no novo Orçamento atingem CZ\$ 624,7 bilhões. Com isso, as verbas têm uma redução de 22,04% em relação a 1988.

O Ministério da Habitação praticamente desaparece, com o novo Orçamento. O corte nessa pasta chegou a 92,46% dos gastos deste ano, sendo atingidos projetos em praticamente todas as atividades do Ministério. O Ministério da Reforma Agrária perdeu 64,09% de sua capacidade de investirem relação a este ano.

Ministérios de atuação social também foram alvo de importantes reduções orçamentárias. Dos cortes do Planejamento não escaparam sequer os Ministérios da Saúde, Educação e Previdência Social.

O maior aumento orçamentário para o próximo ano coube a um órgão em extinção: o Conselho de Segurança Nacional, que deixa de existir com a promulgação da nova Constituição e vai receber 123% a mais em 1989.

O Ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, garantiu que os Ministérios militares mantêm a proporção de 1,3% do PIB no Orçamento, como este ano. Abreu disse que programas sociais são vocação de Estados e Municípios, enquanto à União cabe a defesa interna e externa e a área diplomática.

O Ministério do Trabalho, que mantém nos Estados apenas suas delegacias regionais, teve uma redução de 48,8%. Os cortes também atingiram com gravidade o Ministério dos Transportes que, em 1989, vai gastar 45,19% a menos que este ano. Foi reduzido a um organismo de manutenção de estradas e ferrovias.

Para o Ministério das Minas e Energia, a redução orçamentária foi de 37,29%, enquanto a Agricultura perdeu 28,82%; a Educação, 21,73%; e a Saúde, 11,99%. O Ministério da Justiça teve um corte de 19,71%, e o do Interior, 18,48%.

Os ministérios militares receberam aumentos significativos. O Ministério do Exército terá um aumento real de verbas de 32,97%; a Aeronáutica, 24%; e a Marinha, 42,75%.